

1 No início do século XX, um brasileiro vivia em torno de 32 anos. Hoje, chega, em média, aos 68. Existem no país cerca de 15 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Daqui a 4 duas décadas, serão 32 milhões de cidadãos na terceira idade. Em 1950, a taxa de fecundidade no país era de 6,2 filhos por 7 mulher. De acordo com os dados de 2000 do IBGE, essa taxa caiu para 2,3. A expectativa de vida de uma nordestina é de 10 62 anos, enquanto no sul do Brasil é de 74 anos. Mais de 1 milhão de jovens entre 12 e 17 anos não sabem ler ou escrever, enquanto 8 milhões, da mesma faixa etária, têm menos de cinco anos de estudo e apenas 11% dos jovens entre 14 e 15 anos conseguem concluir o ensino fundamental.

Paulo Pinheiro. *A nova realidade demográfica*. In: *Jornal do Brasil*, 22/4/2003, p. A9 (com adaptações).

Considerando a realidade social, demográfica e econômica do Brasil contemporâneo e tendo o texto acima por referência, julgue os itens seguintes.

- 38 A desigualdade social e econômica existente no Brasil afeta consideravelmente os indicadores populacionais.
- 39 A redução das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil, que se relaciona com as políticas públicas de saúde, educação e saneamento, é um indicativo de que deve ter ocorrido aumento na expectativa de vida ao nascer.
- 40 Como o segundo período do texto apresenta elipses, sua compreensão exige a retomada de informações que estão explícitas no primeiro período.
- 41 Estão igualmente corretas as formas “têm” (ℓ.10) e **têm**.
- 42 Estaria gramaticalmente correta a colocação de uma vírgula imediatamente após “anos de estudo” (ℓ.11).

1 O primeiro retrato socioeconômico do Brasil no novo século confirmou a melhora nos indicadores educacionais e no acesso a bens duráveis, iniciado na década passada, e revelou a deterioração do mercado de trabalho nacional. Segundo a 4 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média dos trabalhadores do país caiu pelo quinto ano consecutivo em 2001. Desde 1996, os rendimentos acumulam queda de 10,3 pontos percentuais além da inflação. 7 As estatísticas mostram ainda que o fosso entre trabalhadores 10 pobres e ricos do país aumentou.

Social melhora, renda não. In: *O Globo*, 13/9/2002, p. 21 (com adaptações).

A partir do texto acima e considerando o assunto ali tratado, julgue os itens subseqüentes.

- 43 Pelos dados do IBGE, está havendo sensível redução das disparidades salariais entre os trabalhadores brasileiros.
- 44 A pesquisa feita pelo IBGE não deixa dúvida quanto à estabilidade do mercado de trabalho no Brasil dos últimos anos, que se reflete na preservação do poder de compra dos salários.
- 45 De acordo com o IBGE, de 1996 a 2001, a remuneração dos trabalhadores saiu perdendo no confronto com a inflação.
- 46 O emprego da forma verbal do pretérito perfeito no lugar do presente em “acumulam queda” (ℓ.8-9) prejudicaria a correção gramatical e a concordância do período.

Cortado ao sul pela linha do Equador, a maior parte do território roraimense fica no hemisfério norte. O clima é equatorial, quente e úmido. Mais de 60% da área do estado é coberta pela floresta Amazônica.

No início da década de 80 do século passado, começaram os conflitos entre agricultores, garimpeiros e índios pelo uso da terra no estado. As riquezas minerais do território de Roraima atraíram milhares de pessoas de vários pontos do país, mas principalmente de Rondônia. Para proteger as terras indígenas, o governo federal interditiou em 1982 uma área de 77.000 km², sendo 50.000 km² em Roraima, para criar uma reserva.

Texto adaptado de *Almanaque Abril 2003*, p. 409 e *Nova Enciclopédia Barsa*, p. 476.

A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem, relativos a aspectos geográficos e históricos de Roraima.

- 47 Pelo que informa o texto, a maior parte do território roraimense está situada no mesmo hemisfério em que se situa o restante do país.
- 48 Embora mais da metade do território de Roraima esteja coberto pela floresta Amazônica, seu clima é rigorosamente distinto daquele que predomina nos demais estados da região Norte.
- 49 Situado no extremo norte do Brasil, Roraima faz fronteira com dois países: Venezuela e Guiana. Boa Vista, além de ser a capital, é também o mais populoso município do estado.
- 50 Roraima abriga parte da maior reserva indígena brasileira, a dos ianomâmis.
- 51 Jazidas de ouro, cassiterita e pedras preciosas, entre outras riquezas minerais, atraíram milhares de garimpeiros clandestinos e acirraram conflitos pela posse da terra em Roraima.
- 52 A demarcação das terras indígenas em Roraima foi aplaudida por fazendeiros e garimpeiros, conscientes de que a criação das reservas protegia os índios e eliminava o foco de conflitos.

Demétrio, policial civil do estado de Roraima, conduzindo viatura policial em alta velocidade, na perseguição a bandidos, perdeu o controle do veículo, vindo a atingir uma senhora que estava em uma parada de ônibus. Do acidente, resultou a morte da vítima.

Com base nessa situação hipotética e considerando os direitos e garantias fundamentais, bem como a responsabilidade do Estado e dos seus agentes públicos, julgue os itens a seguir.

- 53 Os familiares da falecida poderão entrar com ação de indenização diretamente contra o policial civil, sendo suficiente, para sua condenação, a prova de que a morte decorreu da colisão do veículo com o corpo da vítima.
- 54 Independentemente de Demétrio ter ou não agido com imprudência ou imperícia, há responsabilidade civil pela morte e esta é atribuída ao estado de Roraima, objetivamente.

- 55 Se Demétrio for punido administrativamente, sem direito de defesa, com pena de suspensão, por ter provocado o acidente, poderá ajuizar mandado de segurança visando anulá-la.
- 56 Se Demétrio fugir do local do acidente, poderá ter sua prisão decretada por ordem escrita e fundamentada do delegado de plantão.
- 57 O ente público responsável pelo pagamento de indenização aos familiares da vítima tem direito de reaver junto a Demétrio o que pagar, caso comprove que este agiu com dolo ou culpa.
- 58 Mesmo absolvido em eventual acusação de homicídio, Demétrio pode ser punido pela prática de ilícito administrativo, se ficar comprovada sua imperícia ou imprudência.

Acerca das atribuições do chefe do Poder Executivo da União e dos estados, julgue os itens a seguir.

- 59 O governador tem poderes para criar, por decreto, cargos públicos estaduais no âmbito do Poder Executivo, desde que os gastos com pessoal não ultrapassem os limites constitucionais e legais.
- 60 O presidente da República pode vetar um projeto de lei se o seu texto ferir a Constituição.
- 61 O presidente da República tem liberdade para escolher os ministros do Supremo Tribunal Federal, sem a interferência de qualquer outro poder.
- 62 O presidente da República não tem competência para editar medida provisória que tipifique determinada conduta como crime.
- 63 Projeto de lei que altere a remuneração dos policiais civis de determinado estado só pode ser de iniciativa do respectivo governador e não de deputado.

Quanto aos direitos políticos e de acordo com a Constituição da República, julgue os itens subseqüentes.

- 64 Os analfabetos podem votar mas não podem ser eleitos.
- 65 A condenação criminal definitiva pode dar causa à suspensão de direitos políticos.
- 66 O menor de dezoito anos de idade pode ser eleito para cargo dos Poderes Executivo ou Legislativo.
- 67 O governador de estado que desejar concorrer à reeleição deverá renunciar ao respectivo mandato seis meses antes do novo pleito.
- 68 A criação de um partido político depende de aprovação do Poder Legislativo.

A proteção dos direitos humanos e sua efetividade na vida social constituem atualmente preocupações do Estado e de suas instituições. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

- 69 O Ministério Público tem atribuição de ajuizar ações civis públicas para defender direitos coletivos e difusos.
- 70 O sigilo das comunicações telefônicas pode ser quebrado por determinação do Ministério Público, durante inquérito policial.
- 71 O racismo constitui crime prescritível no período de dois anos.
- 72 Um cidadão com residência em Porto Alegre pode ajuizar ação popular contra ato do governador de Roraima, em defesa do patrimônio deste estado.

73 O Estado, por interesse social, pode impor ao proprietário a perda do seu imóvel.

74 O *habeas data* é meio adequado para o cidadão conhecer informações suas constantes de banco de dados de caráter público.

75 O ajuizamento de *habeas corpus* depende do pagamento de taxa judiciária, salvo para os pobres.

Armando e Sérgio deviam a quantia de R\$ 500,00 a Paulo, porém se recusavam a pagar. No dia marcado para o acerto de contas, Armando e Sérgio, com o ânimo de matar, compareceram ao local do encontro com Paulo portando armas de fogo, emprestadas por Mário, que sabia para qual finalidade elas seriam usadas. Armando e Sérgio atiraram contra Paulo, ferindo-o mortalmente.

Com relação à situação hipotética apresentada acima, julgue os itens seguintes.

76 Armando, Sérgio e Mário são sujeitos ativos do crime perpetrado, sendo os dois primeiros co-autores, e Mário, partícipe.

77 Paulo é sujeito passivo do crime de homicídio privilegiado.

78 Segundo determina a Lei n.º 8.072/1990, o homicídio de Paulo é considerado crime hediondo.

79 O crime de homicídio descrito acima consumou-se no momento em que a vítima foi ferida em sua integridade física.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos crimes contra a administração pública.

80 Para configurar o delito de concussão, o funcionário público deve solicitar à vítima a vantagem indevida.

81 A falta eventual de funcionário público ao serviço caracteriza o delito intitulado abandono de função.

82 Segundo a lei penal, podem constituir sujeitos ativos do crime de falso testemunho o perito, o tradutor, o intérprete ou a testemunha que figurem em processo judicial.

83 Considere a seguinte situação hipotética.

Patrícia, funcionária de uma empresa pública, apropriou-se da quantia de R\$ 5.000,00, de que tinha posse em razão da função que exercia.

Nessa situação, é correto afirmar que Patrícia praticou o crime de peculato.

84 Aquele que oferece ou promete vantagem indevida a oficial de justiça para que retarde o ato de intimação comete o crime de corrupção ativa.

85 Considere a seguinte situação hipotética.

Nívio declarou seu amor a Tarciana, que, apesar de seus apelos, recusou-se a namorá-lo. Nívio, por vingança, subtraiu uma pulseira de ouro pertencente à amada.

Nessa situação, houve o crime de exercício arbitrário das próprias razões.

86 A lei penal não incrimina a fuga de preso para o alcance da liberdade empreendida sem violência.

Considerando a situação hipotética em que um indivíduo — Flávio — tenha sido preso em flagrante delito, após ter danificado, mediante pauladas, viatura policial, julgue os itens subseqüentes.

- 87** Nesse caso, ocorreu o delito de dano a bem público, de ação penal pública incondicionada, devendo a autoridade policial instaurar o inquérito policial de ofício.
- 88** Nos atos pertinentes ao inquérito policial, será assegurado ao indiciado, Flávio, o amplo direito de defesa, orientado pelo princípio do contraditório.
- 89** Tratando-se de indiciado preso em flagrante, o inquérito policial deverá ser encerrado em, no máximo, 30 dias e, em seguida, remetido ao Poder Judiciário.
- 90** No caso apresentado, será dispensável o exame de corpo delito, bastando a confissão de Flávio para comprovar os fatos.

Considerando as disposições legais pertinentes aos crimes hediondos, julgue os itens que se seguem.

- 91** São considerados hediondos, nas formas tentadas ou consumadas, os crimes de homicídio simples, latrocínio, estupro e atentado violento ao pudor.
- 92** O participante de crime hediondo cometido por bando ou quadrilha que denunciar à autoridade seus comparsas, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida.
- 93** Não são suscetíveis de anistia e indulto os crimes hediondos.
- 94** No crime de genocídio, a prisão temporária deverá ser decretada pelo prazo de cinco dias, prorrogável por igual período.

No que se refere aos crimes contra a honra, julgue os itens seguintes.

- 95** Considere a seguinte situação hipotética.
Maria, proprietária de um supermercado, sabendo que seu próprio filho praticara furto em seu estabelecimento, atribuiu ao empregado José tal responsabilidade, dizendo ser ele o autor do delito.
Nessa situação, Maria cometeu o crime de calúnia.
- 96** A difamação e a injúria são crimes contra a honra, sendo que a injúria atinge a honra objetiva da vítima, e a difamação, a honra subjetiva.
- 97** Considere a seguinte situação hipotética.
Antônia, ao presenciar a prisão de seu filho, proferiu xingamentos aos policiais que a efetuavam, ofendendo-os.
Nessa situação, é correto afirmar que Antônia praticou o crime denominado injúria.
- 98** Nos crimes contra a honra, a retratação do ofensor somente é possível nos crimes de calúnia e difamação.

Acerca das prisões em flagrante, preventiva e temporária, julgue os itens a seguir.

- 99** Considere a seguinte situação hipotética.
Um fiscal exigiu a entrega de certa quantia em dinheiro para não cobrar imposto devido. A vítima concordou e se comprometeu a entregar a quantia em um lugar determinado. Entretanto, a vítima informou o acordo à polícia, que prendeu o funcionário público na hora da entrega da referida quantia.
Nessa situação, está caracterizado o flagrante provocado.
- 100** Índícios de autoria e prova da materialidade do crime são pressupostos para a decretação da prisão preventiva.

101 Um indivíduo que seja preso em flagrante pelo delito de tráfico ilícito de substância entorpecente poderá ser beneficiado com a liberdade provisória, mediante o pagamento de fiança.

102 Considere a seguinte situação hipotética.

Após consumir, por inteiro, um cigarro contendo substância entorpecente, um indivíduo foi preso por policiais e levado à delegacia mais próxima.

Nessa situação, deverá ser lavrado auto de prisão em flagrante pela prática do crime de porte de drogas.

103 Se o agente praticar infração sob o manto de qualquer das excludentes de ilicitude, não será decretada sua prisão preventiva.

104 A prisão temporária poderá ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou do respectivo processo judicial.

Considerando as disposições legais pertinentes à ilicitude, à culpabilidade e à punibilidade, julgue os seguintes itens.

- 105** São causas excludentes de ilicitude a legítima defesa, o estado de necessidade, o estrito cumprimento do dever legal e a coação moral irresistível.
- 106** Entende-se por punibilidade a possibilidade jurídica de o Estado impor sanção penal a autor, co-autor ou partícipe de infração penal.
- 107** Considere a seguinte situação hipotética.
Dionísio, para salvar a si próprio e a seu filho, feriu mortalmente um leão que acabara de fugir do zoológico e ameaçava atacá-los.
Nessa situação, Dionísio agiu em legítima defesa.
- 108** Age em estrito cumprimento do dever legal o policial que emprega força física para impedir fuga de presídio.
- 109** O erro de proibição, a obediência hierárquica e a inimputabilidade por menoridade penal excluem a culpabilidade.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 110** Bento praticou o crime de receptação, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos. Posteriormente, por ocasião de seu julgamento, passou a vigor lei que, regulando o mesmo fato, impôs pena de um a cinco anos. Nessa situação, a lei posterior será aplicada em face do princípio da retroatividade de lei mais severa.
- 111** Carlos, após romper a corrente e o cadeado da porta de serviço do apartamento de Clara, subtraiu vários eletrodomésticos que se encontravam no imóvel. Nessa situação, Carlos cometeu o crime de furto qualificado.
- 112** João, ao ver sua ex-namorada sair do cinema acompanhada de Francisco, empunhou uma faca peixeira e golpeou as costas de Francisco, ocasionando-lhe lesões corporais. Nessa situação, o instrumento empregado para o crime deverá ser submetido a exame pericial para verificar sua natureza e eficiência.

113 Tales estava sendo processado por ter estabelecido jogo de azar em uma praça de sua cidade. Posteriormente, surgiu uma lei que deixou de considerar o fato como infração penal. Nessa situação, o processo deve ser encerrado em virtude da *abolitio criminis*.

114 Um policial deixou a janela da viatura aberta e se afastou para averiguar local de crime. Aproveitando-se desse fato, uma pessoa subtraiu do interior do citado veículo o aparelho radiotransmissor. Nessa situação, o policial concorreu para a prática de crime de outrem.

Com relação à ação penal, julgue os itens subseqüentes.

115 Vícios formais verificados no inquérito policial ensejam a nulidade da respectiva ação penal.

116 A ação penal pública incondicionada será iniciada por denúncia a ser oferecida pelo representante do Ministério Público.

117 Ocorrendo crime que enseje ação penal pública condicionada à representação, a retratação do ofendido somente poderá ser recebida até a data do oferecimento da denúncia.

118 A ação penal privada poderá ser intentada mediante queixa, tanto pelo ofendido como por seu representante legal.

119 O prazo para oferecimento da denúncia, encontrando-se o acusado preso, não poderá exceder dez dias.

Considerando as disposições legais acerca do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, julgue os itens seguintes.

120 Antes de receber formalmente a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para que apresente defesa preliminar em trinta dias.

121 A queixa ou a denúncia obrigatoriamente será instruída com documentos que façam presumir a existência do delito.

122 O rito a ser observado no processo e no julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos será o ordinário comum.

Julgue os seguintes itens, pertinentes ao *habeas corpus*.

123 O *habeas corpus*, segundo a doutrina moderna, é ação penal popular constitucional não sujeita ao recolhimento de custas processuais.

124 Quando se destina a afastar constrangimento ilegal à liberdade de locomoção, o *habeas corpus* é denominado de liberatório ou repressivo.

125 O *habeas corpus* somente poderá ser impetrado por advogado ou membro do Ministério Público.

Por erro da administração pública, foi expedido ato administrativo concedendo gratificação a servidor público que a ela não tinha direito. Um ano depois da concessão, a administração descobriu o erro.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

126 O ato não pode ser anulado pela administração pública, porque gerou direito adquirido.

127 O ato não pode ser anulado pela administração pública, porque decorreu o prazo de um ano.

128 O ato pode ser anulado judicialmente.

129 No caso, cabe revogação pela administração pública.

130 O ato pode ser revogado judicialmente.

Determinado fiscal de vigilância sanitária da prefeitura fechou temporariamente, com fundamento em lei municipal, restaurante que vendia comida estragada.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

131 O ato do fiscal decorreu do poder de polícia da administração pública.

132 O ato do fiscal foi inválido, porque o fechamento de restaurante, ainda que temporariamente, depende de autorização judicial.

133 O ato do fiscal foi válido, mas o auto de infração deve ser encaminhado ao juízo competente.

134 O ato do fiscal foi dotado de presunção de legitimidade.

135 Contra o ato do fiscal, pode o dono do restaurante insurgir-se administrativamente.

136 O ato do fiscal configurou abuso de poder.

137 Na situação em apreço, somente a polícia judiciária poderia ter tomado a providência adotada pelo fiscal.

Acerca do conceito, dos elementos e dos princípios do serviço público, julgue os itens que se seguem.

138 A concessão de serviço público independe de licitação.

139 Todos os serviços públicos devem ser gratuitos.

140 Decreto federal disporá sobre o regime das concessionárias de serviços públicos.

141 Os serviços públicos podem ser concedidos a particulares.

142 O serviço público não pode, como regra, tratar seus usuários de forma desigual.

143 Um dos princípios que rege o serviço público é o da continuidade.

Acerca do conceito, da organização e dos fins do Estado, do governo e da administração pública, julgue os itens subseqüentes.

144 A soberania é elemento indispensável do conceito de Estado nacional, garantia de sua autodeterminação.

145 O Poder Legislativo tem por função típica legislar, mas também exerce funções judiciais atípicas.

146 Os estados-membros são entes com personalidade de direito público interno e externo, podendo firmar tratados internacionais.

147 As autarquias federais, embora sejam entes privados, atuam em cooperação com o Estado.

148 As fundações públicas integram a administração pública e seus servidores podem ocupar cargo efetivo, subordinados a regime jurídico estatutário.

149 As empresas públicas detêm personalidade jurídica de direito público.

150 O Estado, querendo explorar determinada atividade econômica, pode constituir sociedade de economia mista.